

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

ABORDAGEM LEADER: uma aproximação com o Programa Territórios da Cidadania.

Suelen De Leal Rodrigues, Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Boletim Gaúcho de Geografia, 41, n. 2 : 342-360, maio, 2014.

Versão online disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/45531>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 2014.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

ABORDAGEM LEADER: UMA APROXIMAÇÃO COM O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA.

SUELEN DE LEAL RODRIGUES¹

DARLENE APARECIDA DE OLIVEIRA FERREIRA²

RESUMO

Analisar evidências da abordagem LEADER no Programa Territórios da Cidadania consiste no objetivo imediato do presente texto. Considerando o atual contexto em que a abordagem territorial assume o desafio de promover um desenvolvimento menos excludente, o aprofundamento de discussões e de experiências evidenciadas em âmbito nacional e internacional pode agregar elementos para análise e construção de propostas de desenvolvimento mais eficientes. Metodologicamente foi realizada uma análise qualitativa, de dados bibliográficos, documental e entrevistas focais envolvendo sujeitos tipos. Na análise realizada foi possível constatar que a política de abordagem territorial é necessária, mas possui implicativos estruturais que dificultam o trabalho das instâncias que deveriam mediar e sensibilizar os grupos sociais mais excluídos. Portanto, para que haja uma política eficiente seria necessário criar institucionalidades participativas e emancipadoras que produzam mudanças estruturais.

Palavras-Chave: LEADER. Territórios da Cidadania. Desenvolvimento. Território

INTRODUÇÃO

A análise deste texto, consiste em aproximar evidências da abordagem do Programa de Iniciativa Comunitária Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (PIC LEADER)³ com experiências de desenvolvimento territorial do Programa Territórios da Cidadania.

Como elementos empíricos foram selecionadas as realidades do Grupo de Ação Local (GAL) com sede no conselho de Torre de Moncorvo, Portugal e o Programa Território da Cidadania (TC) –Região Central, com sede no mu-

1 Doutora em Geografia (UNESP - Rio Claro) Pós-Doutoranda - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR)- UFRGS slrgeo@yahoo.com.br

2 Professor Assistente Doutor junto ao Departamento de Geografia do IGCE-UNESP-Rio Claro e dos Programas de Pós-Graduação de Geografia do IGCE-UNESP/Rio Claro e em Sociologia da FCL-UNESP/Araraquara. darlene-ferreira@uol.com.br

3 O Programa PIC LEADER teve sua última edição em 2006 e, em 2007, vira uma referência para os Planos Nacionais de Desenvolvimento Rural dos países membros da (UE).

nicípio de Santa Maria⁴ – RS, Brasil.

A metodologia empregada é qualitativa, foram utilizados procedimentos de análise bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas de caráter não-probabilístico intencional, pois selecionou sujeitos tipos, representantes das realidades estudadas.

Para estruturar a análise entre o programa Programa de Iniciativa Comunitária Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (PIC LEADER) e o Programa Territórios da Cidadania (TC), o texto foi organizado em tópicos que resgatam o contexto da abordagem territorial nas políticas de desenvolvimento rural e comparam os elementos pertinentes identificados nos casos analisados.

(Endnotes)

1 O Programa PIC LEADER teve sua última edição em 2006 e, em 2007, vira uma referência para os Planos Nacionais de Desenvolvimento Rural dos países membros da (UE).

2 Este artigo foi estruturado com base na tese de doutoramento da autora que teve como foco de análise o Território da Cidadania Região Central – RS e trabalhos de campo realizado no território português que fizeram parte do período de estágio de doutoramento no exterior (CAPES – PDEE) junto a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

ENFOQUE TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL

O enfoque territorial do desenvolvimento rural teve como base teórica o exemplo dos distritos industriais da Terceira Itália. Dessa forma, foi realizada a contextualização do cenário que orientou as noções de desenvolvimento territorial e sua posterior transposição para as políticas internacionais.

Na Itália desde a década de 1960, principalmente os anos de 1968-1969, a redescoberta do território ocorre em meio à organização operária no triângulo industrial composto por Gênova, Milão e principalmente Turin, tendo em vista a localização da indústria Fiat. Ocorreu nesse espaço um processo sócio espacial estruturado em um ordenamento territorial com base local de contestação à organização espacial centralizadora e homogeneizadora difundida pelo sistema capitalista. .

No contexto acadêmico, em especial no que se refere à ciência geográfica, a categoria território agregou novos entendimentos imbuídos pelo processo social e político inspirado no modelo dos Distritos Industriais da Terceira Itália. Os distritos industriais ou clusters têm como base de sua eficiência uma acumulação mais flexível e descentralizada, integrando em rede

4 Este artigo foi estruturado com base na tese de doutoramento da autora que teve como foco de análise o Território da Cidadania Região Central - RS e trabalhos de campo realizado no território português que fizeram parte do período de estágio de doutoramento no exterior (CAPES - PDEE) junto a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

firmas que se ligam pela cooperação e pela solidariedade, dando uma coesão à formação territorial, que assume um caráter coletivo.

O resultado desses processos seria a materialização de uma eficiência coletiva, decorrente das externalidades geradas pela ação conjunta, propiciando uma maior competitividade das empresas, em comparação com firmas que atuam isoladamente no mercado. (GALVÃO, 2000, p. 7).

A experiência bem sucedida da reorganização espacial do capital pelo exemplo dos Distritos Industriais na Itália gerou diversos trabalhos que buscaram explicar esse novo processo como a obra *Tre Italie*, de Arnaldo Bagnasco (1977), cujo entendimento foi “considerar aspectos para além da formação e atuação do Estado, como a ciranda mercantil, questões identitárias locais e outros componentes pertinentes ao desenvolvimento” (SAQUET, 2007, p. 72).

No trabalho de Saquet (2007) o autor menciona que Bagnasco “compreende o território como área, com características econômicas, políticas e culturais, na qual seus agentes sociais mantêm relações com os de outras áreas”. Saquet, 2007, p. 73), as relações sociais e portanto, de poder estabelecidas dentro de um território, possuem várias escalas e não estão resumidas apenas ao poder estatal. A visão renovada do território para além do poder estatal foi explorada por Raffestin na obra *Pour une Géographie Du Pouvoir* (1980) que considerava a construção territorial na multiplicidade dos poderes inserida nas relações sociais do nível micro ao macro.

No âmbito das políticas de desenvolvimento rural, as orientações políticas de cunho setorial perdem espaço para a abordagem territorial do desenvolvimento com bases sustentáveis.

Em 1994 segundo Luiz Carlos Beduschi Filho e Ricardo Abramovay a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) criou uma divisão territorial do desenvolvimento, passando a editar uma publicação anual periódica a respeito da temática, entendendo que “cada território dispõe de um capital específico, o capital territorial” (OCDE, 2001, p.15 apud BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004, p. 38). Nessa perspectiva, o território teria uma identidade própria que lhe atribuiria as condições para o seu desenvolvimento, integrando não apenas fatores naturais, mas, sobretudo, sociais, políticos e econômicos. Com base no entendimento de Beduschi Filho; Abramovay (2004), as condições de desenvolvimento do território estariam centradas na organização de seus elementos, que se materializam de acordo com a significação social que lhe é atribuída.

O desenvolvimento territorial é compreendido como um processo de empowerment, onde ele deve ser construído em atendimento às demandas mais significativas do território, de acordo com a aprovação social. Nesse

sentido, a descentralização do poder seria algo primordial para a instituição de mecanismos que facilitassem o acesso da população na construção dos projetos de desenvolvimento

Imbuídos de um novo discurso para o desenvolvimento o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) difundiram a abordagem territorial como meta nos planos de desenvolvimento rural.

Nas palavras de Favareto:

Como se sabe, é enorme a influência destes organismos sobre a definição das políticas, sobretudo dos países da periferia e da semi-periferia do capitalismo mundial. O que se deve tanto ao papel de financiador de muitos desses organismos, como, talvez principalmente, pelo fato de funcionarem como uma espécie de pivô, através do qual gira uma articulação muito peculiar de interesses e competências envolvendo o campo acadêmico, político, econômico [...]. (FAVARETO, 2006, p. 3).

Feita esta breve introdução, a próxima seção tratará especificamente da abordagem territorial, no contexto da abordagem do Programa de Iniciativa Comunitária Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (PIC LEADER), considerando a influencia dessa abordagem na orientação dos programas brasileiros de desenvolvimento rural.

A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE INICIATIVA COMUNITÁRIA LIGAÇÃO ENTRE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA RURAL

A mais bem sucedida das experiências de desenvolvimento rural com enfoque territorial é o Programa LEADER que surge, em 1991, em meio às reformulações da Política Agrícola Comum (PAC), ao enfraquecimento do perfil Keynesiano de intervenção estatal e à ascensão das teorias neoliberais. Para Favareto (2006) o perfil inovador do LEADER residiu na aplicação de abordagem territorial dos recursos destinados as áreas rurais, alicerçadas em ações do tipo bottom-up, tendo como princípio parceria, de caráter multisetorial e integradas.

A abrangência do programa na primeira fase do LEADER (1991- 1994) segundo Hespanhol (2008) contou com aportes financeiros de 417 milhões de Euros, sendo financiados 217 projetos. Nesta fase os projetos desenvolvidos pelo LEADER tinham como foco principal privilegiar as “áreas desfavorecidas” de países como Portugal, Espanha e Grécia. Por “zonas desfavorecidas subentendia-se a concentração de agricultores que não ascenderam

ao padrão tecnológico hegemônico na agricultura atual” (ORTEGA, 2008, p. 73). Posteriormente, em sua segunda fase (1995-1999), o LEADER II, segundo Hespanhol (2008) contou com 1, 75 bilhão de euros e apoiou cerca de 906 projetos e, na sua última fase, o LEADER + (2000-2006) contou com 2, 02 bilhões de euros. teve como proposta estender os benefícios a todos países membros promovendo a dinâmica territorial numa perspectiva de superar a visão setorial entre rural e urbano.

A proposta metodológica do LEADER procura estimular a competitividade territorial, envolvendo os diversos atores sociais, o governo, as instituições e as empresas, de modo que o esforço coletivo construa uma articulação coesa na elaboração e na aplicação dos projetos de desenvolvimento, que são selecionados por seu mérito. O elemento mediador de tal processo ocorre pelos Grupos de Ação Local (GAL), segundo Ortega (2008, p. 99), “semelhante aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rurais (CMDRs) do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A construção do desenvolvimento pelo LEADER foi compreendida como um processo que deveria ocorrer pelas mãos dos atores sociais em benefício da população local do território.

No período de 2007 a 2013, o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Rural (FEADER) destinou, conforme Hespanhol (2008), mais de 20 milhões de euros aos programas da abordagem LEADER, denotando, assim, a importância que a metodologia LEADER conquistou ao longo de seus vinte anos de trabalho frente ao desenvolvimento rural europeu.

Segundo o relatório produzido em 2006 relativo às orientações estratégicas comunitárias de desenvolvimento rural (período de 2007-2013), cada estado membro deve elaborar um Plano Nacional, distribuindo sua verba nos seguintes eixos:

eixo 1 aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal; eixo 2, melhoria do ambiente e da paisagem rural»; eixo 3, qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural» e eixo 4, Leader. (COMISSÃO DA UNIÃO EUROPEIA PARA AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO RURAL, 2006, p. 4).

O Plano Estratégico Nacional de cada Estado Membro deve estar de acordo com as Orientações da União Europeia, que têm por base a otimização das ações dos Estados-Membros da Comunidade Europeia em políticas de cunho ambiental e técnico, no caso: orientação das estratégias comunitárias, assistência técnica, infraestrutura e avaliação. Na esfera das políticas ambientais, o objetivo é que haja a convergência das ações de proteção ao uso e conservação dos recursos naturais. No aspecto de ordem técnica, são orientações que visam a uniformizar alguns padrões de ação, monitoramento e avaliação para os Planos Nacionais, evitando contradições. Essas diretrizes

visam criar ações sincrônicas em todo o território da União Europeia.

Na busca de identificar como o LEADER atuou localmente foi selecionado o Grupo de Ação Local (GAL) sediado no conselho de Torre de Moncorvo – Portugal. A seção seguinte apresenta a análise do funcionamento do GAL português em comparação com o Programa Territórios da Cidadania na realidade da Região Central do Rio Grande do Sul.

GRUPO DE AÇÃO LOCAL – TORRE DE MONCORVO – PT

As reflexões presentes neste texto têm por base entrevistas realizadas com dirigentes e funcionários do Grupo de Ação Local de Torre de Moncorvo - PT, representante de associações de desenvolvimento rural local e também a contribuição acadêmica de professores da Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro (UTAD).

O Grupo de Ação Local (GAL) visitado está localizado na região nordeste de Portugal e pertence à área de atuação da Associação de Desenvolvimento do Douro Superior composta por quatro conselhos - a sede em Torre de Moncorvo, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta pertencentes ao distrito de Bragança e Vila Nova de Foz Côa que pertencente ao distrito da Guarda , totalizando de 33 mil habitantes.

O GAL sediado em Torre de Moncorvo surgiu em 1996, planejado pelas autarquias e algumas pessoas das associações locais para aproveitar o que na época era a segunda fase do LEADER, no caso o LEADER II. Até 2010 seu quadro de funcionários contava com seis profissionais, sendo quatro analistas de desenvolvimento, cuja formação são as áreas de engenharia civil, ambiental e agrícola e mais dois funcionários da área administrativa. Participavam do GAL quarenta associados sendo seis entidades públicas e trinta e quatro entre (privados e coletivos) no caso, cooperativas, associações culturais, bombeiros voluntários entre outros.

O funcionamento dos GAL, em Portugal, é regido pelo Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), que consiste no Plano Estratégico Nacional para o desenvolvimento rural do país. O programa é co-financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), que envolve aproximadamente 3,5 milhões de euros e uma despesa pública de mais de 4,4 milhões de euros (PRODER, 2011).

O PRODER, em Portugal, atende aos objetivos traçados pela EU para os Planos Nacionais de cada Estado Membro, dividido em subprogramas:

- 1 – promoção da Competitividade;
- 2 – gestão Sustentável do Espaço Rural;
- 3 – dinamização das Zonas Rurais que privilegia o modo de atuação LEADER, através das ações promovidas no âmbito de estratégias de desenvolvimento local com o incentivo à abordagem ascendente (“bottom-up”);
- 4 – promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências

com caráter transversal. Traduz uma prioridade relacionada com a importância que tem o conhecimento e as competências dos agentes atuantes no território, os quais desempenham um papel absolutamente determinante no sucesso global da estratégia nacional adotada (PRODER, 2011).

Os GAL do território português priorizam o eixo 3, cuja metodologia tem como base a abordagem LEADER. No contexto de renovação da política agrícola europeia 2007-2013, os GAL continuam tendo importante papel na identificação e aplicação de estratégias para o desenvolvimento do seu território. De forma sintética, de acordo com o depoimento de funcionários do GAL de Torre de Moncorvo (PT), uma das dificuldades enfrentadas, dentro da estrutura da atual política de desenvolvimento rural, é a normatização dos projetos. Nas primeiras edições do LEADER, o GAL tinha a liberdade de decidir os critérios dos projetos, além disso, elaborava um Plano de Ação Local (PAL) delineando as ações mais importantes para o território. A liberdade do GAL hoje se restringe a construir projetos de desenvolvimento local, de acordo com os eixos financiados pelo Plano Nacional.

Realizando um paralelo com os Territórios da Cidadania, o papel do GAL seria semelhante ao desempenhado pelos Colegiados de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETERS). O governo federal lança as linhas que serão financiadas e cabe a cada CODETERS incentivar a construção e candidatura de projetos em concordância com os eixos financiados.

A respeito da elaboração de projetos e sensibilização social, alguns depoimentos de pessoas engajadas em associações de desenvolvimento local funcionários do GAL refletem a ideia de que o Programa LEADER, lançado em 1991, possuía uma abordagem teórica com bons princípios, mas com difícil implantação. Nas palavras dos entrevistados: “Quando falamos de LEADER é de fato uma boa ideia, mas com muitas implicações no terreno” (PROFESSOR UTAD, 2010).

Uma das principais implicações apontadas pelo GAL é o risco de “municipalização da política de desenvolvimento rural” (funcionário do GAL), o termo municipalização aqui é empregado para designar a apropriação da política pública por grupos ligados aos interesses dos governantes locais. Com o intuito de incentivar ações empreendedoras em nível local, a abordagem LEADER, hoje norteadora do PRODER, permite a participação de projetos individuais, por exemplo, construídos por uma família. De acordo com as entrevistas realizadas, essa medida, que busca incentivar a automobilização das populações locais, ao mesmo tempo abre precedentes para o oportunismo de particulares que elaboram projetos para seu beneficiamento pessoal.

Dotados de apoio político e técnico para a elaboração de suas propostas, alguns particulares acabam se apoderando da verba pública do programa. Quando o GAL abre candidatura de projetos, cada proposta deve ser sancionada pela câmara administrativa, se o parecer de um projeto for favorável, ele é encaminhado ao GAL.

Os projetos sancionados pela câmara administrativa, de acordo com as entrevistas realizadas, em parte atendem aos interesses do grupo de governantes. Uma vez aprovados pela câmara e encaminhados ao GAL, os funcionários do GAL, mesmo identificando incoerências com as reais motivações do projeto, não podem refutar a proposta. Em estudo analítico sobre o Programa LEADER e a sua relação com a sociedade civil na realidade do território português Rover; Henriques (2006) expõem que uma das explicações para muitas Ações de Desenvolvimento Local (ADL) não chegarem ao público mais necessitado seria:

o facto de elas estarem directamente ligadas às autarquias locais, reproduzindo, por vezes, uma lógica de clientela, atendendo a projectos ligados aos grupos políticos e económicos dominantes no local. Estes grupos exercem um tipo de poder que os coloca mais próximos das redes de decisão das políticas locais do que outros cidadãos (ROVER; HENRIQUES, 2006, p. 132).

No contexto do programa brasileiro dos Territórios da Cidadania, quem avalia os projetos que receberão a verba pública são os Colegiados de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETERS), porém cabe às prefeituras de cada território a apresentação de uma contrapartida para os projetos. As instituições locais criam os projetos e os governantes municipais precisam concordar com as propostas e concorrer no CODETERS.

O risco de ocorrer oportunismo partidário de alguns grupos, assim como ocorre no contexto europeu, também existe, mas as propostas apresentadas no âmbito do CODETERS de cada território dizem respeito a projetos de associações coletivas e não projetos individuais.

Sobre o Programa LEADER, Hespanhol (2008, p. 122) chama atenção para o não favorecimento de territórios mais frágeis no que se refere à fraca articulação de seus atores sociais. Nas áreas mais frágeis socialmente, o GAL teria uma menor articulação, que resultaria em projetos menos estruturados e com menores chances de serem aprovados via LEADER. As áreas com maior coesão social geralmente, por apresentarem melhores estruturas para elaboração e implantação de seus projetos, teriam mais facilidades de acessar os recursos do LEADER. A concorrência entre territórios seria desigual e as áreas mais frágeis continuariam à margem do desenvolvimento territorial, por sua débil estrutura e fraca coesão social, reforçando, dessa forma, as diferenças.

Uma solução para integrar o público mais necessitado e desorganizado no entendimento de Rover; Henriques (2006) seria a promoção de processos de educação para o desenvolvimento, com investimentos na formação e capacitação da população, pois o maior obstáculo, de fato, é a motivação e a organização popular para elaborar projetos de desenvolvimento territorial.

Reforçando esta constatação Sumpsi (2007), ao abordar as semelhan-

ças do enfoque territorial na União Europeia e na América Latina, identifica que existe a necessidade de aquisição e fortalecimento de capacidades locais, participação e “empowerment” dos atores locais, públicos e privados.

O Programa LEADER, em sua matriz teórica e nos primeiros anos de implantação, buscou incentivar o envolvimento de todos no processo de construção e de decisão dos projetos e introduziu a abordagem territorial do desenvolvimento para áreas rurais. Porém, ao longo dos anos, houve um comportamento político que passou a abrir precedentes para o beneficiamento de alguns grupos minoritários. Utilizando expressões dos entrevistados, “O LEADER perdeu aquela frescura, aquele espírito de base” (PROFESSOR, UTAD, 2010).

Entre as causas que burocratizaram as ações dos GAL, de acordo com Rover; Henriques (2006) estaria na centralidade da organização do Estado português que passou a reivindicar mais controle sobre as ações que eram desenvolvidas no âmbito dos GAL, implicando desta forma, em um conflito entre tecnocratas do Estado central e agentes locais do LEADER.

Desconsiderando as implicações práticas do LEADER, sua abordagem possui uma avaliação positiva, pois possibilitou a implantação de ações que dinamizaram o desenvolvimento social e econômico das áreas rurais e o surgimento de associações de desenvolvimento local.

A abordagem territorial presente na metodologia LEADER objetiva diminuir as desigualdades entre áreas rurais e urbanas através de uma visão menos setorial, procedimentos que podem ser verificados na matriz teórica dos Territórios da Cidadania. No entanto, assim como nos Territórios da Cidadania, os projetos ficam circunscritos pela área territorial de cada GAL ou, no caso brasileiro, a cada território.

O limite territorial de aplicação de recursos frequentemente cria assimetrias, que poderiam ser mitigadas com ações em rede entre organizações sociais. A rede na abordagem política, tanto do LEADER quanto dos Territórios da Cidadania, aparece como metodologia para dinamizar a coesão no território. No contexto dos Territórios da Cidadania, as redes sociais são entendidas como instrumentos eficazes para otimização das iniciativas coletivas.

Na prática a otimização de iniciativas fica, porém, circunscrita a uma organização interna do território e não externa. A rede não é tratada como um elemento de fluidez extraterritorial, ou seja, como elemento mitigador de desigualdades.

O desafio das políticas de desenvolvimento territorial é diminuir desigualdades e, ao mesmo tempo, estimular a participação e a articulação da população na elaboração de projetos que priorizam necessidades locais. Portanto, no espaço deste texto defende-se o uso da rede como elemento não só de coesão territorial, mas, sobretudo, como integradora entre territórios, estimulando os processos associativos como canal de apropriação da política

pela população. Para isso as instâncias locais na figura de Grupos de Ação Local do LEADER ou Colegiados de Desenvolvimento Territorial do Programa Território da Cidadania seriam os mediadores do processo de descentralização.

As influências da experiência LEADER e das orientações do World Bank, a respeito do desenvolvimento rural, incidiram no contexto político brasileiro ainda na década de 1990, mas de maneira ainda tímida. Em atendimento às pressões internacionais e à insustentabilidade dos modelos setoriais, a consolidação da orientação territorial do desenvolvimento entra definitivamente para a agenda política brasileira no início dos anos 2000. A próxima seção tratará da evolução das orientações políticas de desenvolvimento territorial rural até o atual programa Territórios da Cidadania.

ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Buscando estimular o desenvolvimento rural com base territorial, a experiência bem sucedida do LEADER tornou-se exemplo a ser seguido para os demais países. Para Hespanhol (2008) as experiências de desenvolvimento local processadas em países desenvolvidos, fez com que o Banco Mundial passasse a valorizar a abordagem territorial exigindo dos países subdesenvolvidos estratégias ascendente de desenvolvimento.

No Brasil o processo de reorientação das políticas destinadas ao rural, começou de forma modesta na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso quando foram criados os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRS), construídos pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS) como condições para acesso ao crédito concedido pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Embora essas iniciativas tenham dado início a uma modesta descentralização política, foi a partir de 2000, que efetivamente a abordagem territorial passa a orientar as políticas de desenvolvimento rural.

Esse redirecionamento está presente no relatório do Banco Mundial de 2002, intitulado *Llegando a los pobres de las zonas rurales: Estrategia de Desarrollo Rural para América Latina y el Caribe*, no momento em que são relatadas as lições tiradas dos demais planos de desenvolvimento, e que é enfatizada a necessidade de um enfoque territorial descentralizado integrando produção agrícola e não agrícola, mercados e serviços como estratégia para diluir os enfoques setoriais entre rural e urbano.

Este direcionamento teórico refletiu na reestruturação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que, até o ano de 2002, era composto pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), pois foi criada a Secretaria do Desenvolvimento Territorial

(SDT).

Partindo do entendimento de que seria necessária uma maior articulação entre as ações do governo para com as distintas demandas locais, envolvendo a população e ampliando as diversas interações econômicas, bem como sinergias intermunicipais, em de 2003, foi criado o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), que seria um desdobramento da linha infraestrutura e serviços do PRONAF e que passaria, conforme Ortega (2007), a atuar como suporte para os territórios rurais.

Para traçar os planos de desenvolvimento territorial rural, o território rural é entendido como um espaço onde predominam elementos rurais, com base econômica primária, baixa densidade e hábitos culturais típicos do universo rural. Para delimitação dos territórios rurais o governo selecionou regiões compostas por municípios com densidade demográfica de 80 hab/km² e com maior número de beneficiários dos programas de reordenamento agrário no caso agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Depois de definidos os territórios rurais, foram elaborados os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). A gestão desses planos deveria ocorrer através da participação de instituições locais. As indicações presentes nas Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais (2005) previam que as instâncias de atuação da sociedade deveriam ocorrer pelas Comissões de Instalação das Ações Territoriais (CIAT), pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDR) e pelos Colegiados de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETERS), destacando que, no caso dos CIAT, eles evoluíssem para CODETERS, uma estrutura mais complexa, com estatuto e regimento interno, planos e projetos a serem efetivados.

A partir das experiências adquiridas com o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) e da análise das necessidades dos territórios rurais, identificou-se a demanda de um programa mais abrangente, com ações sincronizadas, com diferentes ministérios e governos. Portanto, em 25 de fevereiro de 2008, foi lançado o Programa Territórios da Cidadania.

Ao ser lançado o nasce com o objetivo de favorecer programas básicos de cidadania, através da abordagem territorial, com a articulação das diferentes instâncias do poder e da sociedade civil.

Segundo o documento governamental Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades de 2008 o programa Territórios da Cidadania deve combinar ações de ministérios e governos estaduais e municipais para consolidar as relações federativas e tornar mais eficiente a ação do poder público nos territórios.

A articulação de diferentes Ministérios é fruto do fato de se encontrar

áreas rurais desprovidas de infraestrutura em habitação, saúde e educação, enfim, problemas que transcendem as competências do MDA. Os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) incorporaram, então, uma lógica complementar de ações para o prosseguimento de seus objetivos, pois, sem o mínimo de condições sociais e econômicas, as possibilidades de prover um desenvolvimento alternativo e com participação social ficam restritas.

A escolha e a priorização dos territórios incorporados aos TC, conforme o decreto de lei de 25 de fevereiro de 2008 dar-se-ão pela ponderação dos seguintes critérios:

- estar incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; - menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH territorial; - maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família; - maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária; - maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas; - baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais constantes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional; - convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo; e maior organização social (BRASIL, 2008, p.1-2).

Os Territórios da Cidadania são formados por municípios com índices sociais e econômicos homogêneos. Atualmente o Programa Territórios da Cidadania está lotado na Casa Civil em articulação com dezessete ministérios e cinco secretarias, totalizando cento e vinte Territórios da Cidadania. A gestão dos territórios passa por três grandes instâncias: o Comitê Gestor Nacional, o Comitê Estadual e os Colegiados de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETERS).

O Comitê Gestor Nacional reúne os ministérios e parceiros, define os territórios, aprova, organiza e avalia o programa. O Comitê Estadual, representado pelos órgãos estaduais e pelas prefeituras, tem a função de organizar, articular, integrar e acompanhar as ações dos TC. Já os CODETERS, formados pela sociedade civil e pelo poder público de cada território, consistem no espaço de discussão, planejamento e execução de ações para o desenvolvimento do Território (BRASIL, 2009).

Os Colegiados de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETERS) seriam instâncias mediadoras das ações do programa. Cabe ao colegiado debater as propostas governamentais, delimitar as prioridades do território, criar os planos de execução, acompanhamento e avaliação, propondo contribuições para a nova matriz governamental. Segundo BRASIL (2009, p. 4) “exerce o controle social do programa”.

Comparando os Territórios da Cidadania com o Programa Territórios Ru-

rais, uma das inovações organizacionais apontadas por Ortega (2008) estaria na constituição de uma governança horizontal, onde os Comitês estaduais facilitariam a comunicação entre o Comitê Gestor Nacional e os CODETERS.

Lembrando a comparação realizada entre o Programa LEADER e os Territórios da Cidadania, nos primeiros anos do LEADER, os Grupos de Ação Local (GAL) tinham um poder semelhante ao CODETERS, pois eram propostos os eixos de desenvolvimento e havia a flexibilidade dos GAL para sugerir ações de acordo com a realidade de cada território. Os CODETERS dos Territórios da Cidadania possuem o direito de reivindicar ao Comitê Nacional ações para seu território e contribuir para uma nova matriz de ações.

Na estrutura de gestão dos Territórios da Cidadania o papel do CODETERS é fundamental e, utilizando o exemplo de entidades participantes do colegiado do Território da Cidadania Região Central – RS, como a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPETEC) e Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra (COPERTERRA), situadas no município de Tupanciretã, buscou-se averiguar como estas organizações atuaram no âmbito do conselho de desenvolvimento para efetivar recursos do Programa Territórios da Cidadania.

TERRITÓRIO DA CIDADANIA REGIÃO CENTRAL – RS

De acordo com informações disponibilizadas pelo articulador do Território Região Central (2011) o processo de integração das comunidades rurais dos municípios da região central do Estado do Rio Grande do Sul foi iniciado em novembro de 2004, dando origem, em março de 2005, ao Território Rural da Região Central/RS. Para inclusão no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) foi considerada a pouca dinâmica econômica da Região Central do Rio Grande do Sul, composta por municípios com baixos índices de desenvolvimento humano e economia com base no setor primário, com exceção de Santa Maria que centraliza serviços e cuja economia advém do setor terciário.

A partir de plenárias iniciadas em 2005 foram realizados vários contatos com os governos locais e instituições civis para a implantação de um colegiado. Os encontros territoriais no ano de 2005 estiveram centralizados em Santa Maria, município sede do CODETERS; em 2006 as reuniões foram descentralizadas para municípios da região e foi estruturado um estatuto interno para o colegiado territorial.

A inclusão da Região Central do Rio Grande do Sul no Programa Territórios da Cidadania adveio da condição de Território Rural, pois na constituição do Programa Territórios da Cidadania segundo Ortega (2008, p.105) “[...] têm sido priorizados os territórios que podemos denominar deprimidos” e pertencentes ao Programa de Desenvolvimento Sustentável Territórios Rurais, do MDA.

Segundo relatório Brasil (2011a) considerando a relevância das ações definidas e conduzidas pelo CODETERS/Central/RS em abril de 2009 o Território Rural da Região Central/RS passou a integrar o Programa Territórios da Cidadania, dando origem ao Território da Cidadania da Região Central/RS.

O Território da Cidadania da Região Central – RS é composto por trinta e quatro municípios e abrange uma área de 32.457,00 Km². O município que centraliza os setores de serviço é Santa Maria, cuja população, conforme (IBGE, 2011a), é de 271.031 habitantes. A população total do território é de 652.625 habitantes, dos quais 119.011 vivem na área rural, correspondendo a 18,36% do total da população. Possui 31.965 agricultores familiares, 1.250 famílias assentadas e 11 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,81 (Brasil, 2010). De acordo com o articulador territorial atuante em 2011 a gestão do Território da Cidadania da Região Central/RS era realizada pelo CODETERS/Central/RS, estrutura que derivou da antiga Comissão Provisória de Implantação de Ações Territoriais (CIAT/Central), um tipo de estrutura estimulada pelo governo ainda no ano de 2005, com a finalidade de amadurecer discussões para a implantação do colegiado territorial.

Em 2011 o Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETERS) foi dividido em instâncias como o Núcleo Dirigente, o Núcleo Técnico e a Plenária Geral. A coordenação do colegiado segundo relatório Brasil (2011 b) ficou a cargo da Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra (COPERTERRA) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG), o Núcleo Dirigente ficou sob responsabilidade da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e o Núcleo Técnico ficou a cargo do Instituto Federal Farroupilha, campus São Vicente do Sul. As reformulações na composição do CODETERS – Região Central colocou em situação de igualdade a participação do poder público e poder civil totalizando cento e dezesseis componentes.

Como exemplo para análise da atuação de grupos socialmente organizados no contexto do Território da Cidadania Região Central foi selecionada a Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra (COPERTERRA) e a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPETEC), situadas no município de Tupanciretã.

A COPETEC é uma cooperativa formada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) com objetivo de prestar assistência técnica para os assentados da reforma agrária e extensivo aos agricultores familiares. A COPETEC, no Rio Grande do Sul, até o ano de 2011 contava com um quadro de 120 profissionais associados, prestando assistência técnica para 3.910 famílias assentadas, presentes em 15 municípios, além da sede em Nova Santa Rita. A COPETEC possui duas filiais no Território da Cidadania Região Central – RS, uma em Tupanciretã e outra em Júlio de Castilhos.

A COPERTERRA é uma cooperativa de produção, que surgiu no ano de 2002 para organizar a produção leiteira existente nos projetos de assen-

tamentos (PA) e para isso contou com o apoio técnico da COPETEC núcleo de Tupanciretã. A COPERTERRA contava até o ano de 2011 com 380 associados, sendo 310 assentados e 70 pequenos agricultores, concentrados especialmente em Tupanciretã, Quevedos, Jari e Júlio de Castilhos, municípios pertencentes ao Território da Cidadania Região Central – RS; e Jóia e Cruz Alta, pertencentes ao Território da Cidadania Noroeste Colonial.

O fortalecimento da produção leiteira é um projeto trabalhado pela COPETEC e COPERTERRA, no âmbito CODETERS – Central desde 2010, no qual foram alocadas verbas para construção de uma agroindústria, administrada pela COPERTERRA beneficiando seus associados. Para consolidar a produção leiteira no Território da Cidadania Noroeste Colonial- RS, a COPERTERRA, juntamente com a COPETEC, aprovou no âmbito do CODETERS/Central /RS um projeto que visava o fortalecimento da cadeia leiteira, com o orçamento de cento e cinquenta mil reais, que em decisão plenária, foi repassado para o Território Noroeste Colonial - RS.

A mobilização política e social realizada pelas cooperativas, COPERTERRA, COPETEC em articulação com Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores (COOPERMIS) de Jóia, com a Cooperativa Regional de Capão do Cipó (COOPERCIPO) de Capão do Cipó, com a Cooperativa de Produtores de Frutas das Missões (COOPERMISSOES) de São Luiz Gonzaga e com a Cooperativa Camponesa de Itacurubi, ou seja, pela associação de cinco cooperativas e quatro territórios: o Território da Cidadania Região Central - RS, Território da Cidadania Noroeste Colonial, Território Rural Missões e o Pré-Território Pampa, beneficiou em torno de mil e quinhentas famílias.

De acordo com o articulador do Território da Cidadania Região Central/RS, a aprovação dos projetos da COPERTERRA e a COPETEC decorre da experiência que as mesmas possuem na construção de projetos de desenvolvimento. Essas cooperativas têm um entendimento dos reais problemas enfrentados pelos agricultores, uma visão diferenciada de desenvolvimento, um grupo social qualificado e muito articulado politicamente. Sendo as referidas cooperativas oriundas de movimentos sociais, existe uma política educativa que envolve seus participantes. A rede social presente no âmbito das cooperativas em questão seriam mecanismos difusores do desenvolvimento territorial.

O caso explorado no Território da Cidadania Região Central – RS constata que onde existem atores mobilizados e qualificados o programa materializa de forma mais eficiente seus recursos, no entanto, onde não existe uma articulação social e política os recursos dificilmente são alocados.

O importante papel das organizações sociais nas políticas de desenvolvimento territorial é evidenciado tanto no contexto do Programa LEADER quanto no contexto do Programa Território da Cidadania, a articulação e colaboração entre atores locais e o poder público é fundamental, no entanto, o grande desafio de uma política que se propõe a diminuir assimetrias sociais,

econômicas e territoriais está justamente em ampliar mecanismos capazes de motivar o envolvimento dos atores locais como sujeitos do seu desenvolvimento.

Para o articulador do Território da Cidadania Região Central – RS e funcionários da COPERTEERRA, o principal limitante para o funcionamento de uma abordagem descentralizada é justamente a falta de tradição de se discutir no coletivo as reais necessidades locais, herança de um sistema centralizador e a ausência de pessoal qualificado para intervir na construção dos projetos. Na análise da abordagem LEADER, foi identificado na fala dos entrevistados e também na exploração dos textos de Rover; Henriques (2006) e Sumpsi (2007), a necessidade da capacitação para o desenvolvimento, para que grupos menos favorecidos e articulados pudessem de fato acessar as benesses do programa de acordo com as necessidades locais.

No processo de sensibilização dos atores locais o Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETERS), seria o mediador principal, no entanto, na realidade do Território da Cidadania Região Central se evidenciou um enfraquecimento dessa instância como mediadora do processo de desenvolvimento. De acordo com participantes do CODETERS- Central, no ano de 2013 devido a questões burocráticas o colegiado ficou sem articulador por praticamente um semestre, o que dificultou as atividades do colegiado e desestimulou as representatividades locais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este trabalho buscou fazer uma aproximação da abordagem LEADER com o Programa Território da Cidadania evidenciando como são conduzidas ações de desenvolvimento territorial rural. Considerando as distintas realidades territoriais não se teve a pretensão de realizar uma generalização, mas sim a exploração de aspectos presentes nos referidos programas de desenvolvimento territorial, que embora desenvolvidos em realidades singulares, apresentam elementos em comum.

O núcleo base que norteia as duas propostas está no entendimento do desenvolvimento territorial como ferramenta para promoção de áreas deprimidas social e economicamente e que geralmente possuem como base econômica atividades agrícolas ou espaços predominantemente rurais, que concentram uma população excluída social e economicamente.

O desenvolvimento territorial difundido como modelo a ser seguido por políticas e programas de desenvolvimento rural, está estruturado em uma visão integradora e menos setorial, pois entende que para que haja desenvolvimento territorial é necessária a articulação de elementos que transcendem os aspectos meramente produtivos. Partindo desse entendimento a importância da descentralização das decisões e de uma gestão colaborativa no âmbito das esferas de mediação do poder público e civil seria primordial. A autonomia

dos Grupos de Ação Local (GAL), no caso do LEADER e dos Colegiados Territoriais no caso do Programa Territórios da Cidadania seria uma forma de tentar mobilizar os grupos locais. No entanto, o que se constatou no caso evidenciado do LEADER e do Programa Territórios da Cidadania é uma diminuição de sua intervenção e burocratização das ações. Os grupos socialmente mais organizados alocam recursos de uma forma mais eficiente, a partir da rede de articulação política e social, no entanto, não são capazes de atingir a totalidade dos problemas territoriais. As regiões menos dinâmicas e com fraca organização social continuam a margem do desenvolvimento.

A carência de mecanismos que sensibilizem e qualifique a população para se apoderar dos processos de desenvolvimento foi identificado como importante limitante da abordagem territorial nos dois casos explorados. A abordagem territorial do desenvolvimento é necessária, mas com difícil aplicação, as esferas que deveriam mediar o processo de desenvolvimento no âmbito de seu território possuem uma atuação limitada porque não possuem autonomia para intervir politicamente. A efetivação de uma abordagem territorial só se tornará possível quando forem criadas institucionalidades participativas e emancipadoras que produzam mudanças estruturais.

LEADER APPROACH: A CLOSER RELATIONSHIP WITH THE TERRITORIES OF CITIZENSHIP PROGRAM

ABSTRACT

Analyzing evidences of the LEADER approach in the Territories of Citizenship Program consists in the immediate objective of this paper. Considering the current context in which the territorial approach takes on the challenge of promoting a less excluding development, the deepening of discussions and experiences highlighted in national and international scope can add elements for analysis and creation of proposals for a more efficient development. Methodologically, a qualitative analysis of bibliographic data and interviews involving focal subject types was performed. In the analysis performed it was possible to understand that the policy of territorial approach is necessary, but it has structural implications that hinder the work of those who should mediate and sensitize the most excluded social groups. Therefore, so that there is an effective policy it would be necessary to create participatory and emancipatory models able to produce structural changes.

Keywords: LEADER. Territories of Citizenship. Development. Territory.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Departamento de Desarrollo Rural. Llegando a los pobres de las zonas rurales: Estrategia de Desarrollo Rural para América Latina y el Caribe. Washington D. C.: Banco World Bank, 2002, 170 p. Disponível em: < http://r1.ufrj.br/geac/portal/wpcontent/uploads/2012/03/BIRDllegando_a_los_pobres2002.pdf > Acesso em: 10 maio. 2008.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos.; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafio para o desenvolvimento das regiões rurais. Nova Economia. Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 35-70. set-dez. 2004. Disponível em: < <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n3/140303.pdf> >. Acesso em: 10 jun. 2008.

BRASIL. Decreto de 25 de Fevereiro de 2008. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 de fev. 2008a. Disponível em: < http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/documentos-e_publicacoes/docs_outros_documentos/decreto_26_02_2008.pdf >. Acesso em: 10 maio. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – (MDA), Secretaria de Desenvolvimento Territorial – (SDT). Territórios da Cidadania Brasil. Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades. 2009. Disponível em: < www.territoriosdacidadania.gov.br >. Acesso em: 10 mar. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – (MDA). Programa Nacional Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. 2010. Disponível em: < <http://sistemas.mda.gov.br/sdt/index.php?scoid=1237> >. Acesso em: 8 jan. 2010.

_____. Relatório: Resumo das Atividades de Assessoria Técnica Especializada do Território da Cidadania Região Central/RS. 2011a.

_____. Relatório: Território da Cidadania Região Central/RS- Plenária do Colegiado. 2011b. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <slrgeo@yahoo.com.br> em 13 set. de 2011.

COMISSÃO DA UNIÃO EUROPEIA PARA AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO RURAL. Regulamento (CE) n. ° 1698/2005 de 20 de setembro de 2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Versão 2006 Disponível em: < <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CONSLEG:2006D0144:20090119:PT:PDF> >. Acesso em: 10 jan. 2011.

FAVARETO, Arilson. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FERNANDES, Marta Esther. Memória Camponesa. In: 21a Reunião Anual de Psicologia, SPRP, Ribeirão Preto, 1991 Anais...Disponível em: < <http://www.sbponline.org.br/resources/anais/1991.pdf> >. Acesso em: 20 out. 2013.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Clusters e Distritos Industriais: estudos de casos em Países Selecionados e Implicações de Política. Planejamento e Políticas Públicas. n. 21, Jun 2000. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte1.pdf> >

>. Acesso em: 6 jun. 2010.

GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Desenvolvimento em (Dês) Construção Narrativas Escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 440 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

HESPANHOL. Nivaldo. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP. 4.; AGRÁRIA/DG/FFLCH/USP.2008, São Paulo. Anais...São Paulo: 2008. p. 370-392. Disponível em:< www.geografia.ffe.usp.br/inferior/.../hespanhol_a_n.pdf >. Acesso em: 8 dez. 2009.

ORTEGA, Antônio César.; MENDONÇA, Nilton César. Estratégias de desenvolvimento rural no Brasil: continuidades e rupturas. In: _____.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). Desenvolvimento territorial: Segurança Alimentar e economia solidária. Campinas: Alínea, 2007.

ORTEGA, Antônio César. Territórios Deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas, SP: Alínea, 2008.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PRODER). Perfil do Proder. Disponível em: <<http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=329>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

_____. Dinamização das Zonas Rurais. 2010. Disponível em: <www.proder.pt/Handlers/FileHandler.ashx?id=1698&menuid=1584> Acesso em: 10 jan. 2011.

ROVER, Óscar José; HENRIQUES, Maria Adosinda. A gestão democrática em debate: O programa LEADER e a sua relação com a sociedade civil local. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 75, p.117-137, out 2006. Disponível em:< <http://rccs.revues.org/905>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SUMPSI, José Maria. Desarrollo rural con enfoque territorial: diferencias y semejanzas de las experiencias de la Unión Europea y América Latina. In: ORTEGA, Antônio César; ALMEIDA FILHO, N (Org). Desenvolvimento Territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Alínea, 2007. p. 63-91.